

MASSON, Cleber Rogério. **Direito Penal - v. 2:** parte especial (arts. 121 a 212): esquematizado. 10. ed. São Paulo: Método, 2017. 862 p. --- *Localização:* 343.2(81) / M388d / v.2 / 10.ed

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	
PENAL	1
I. Divisão do Código Penal em partes.....	1
II. Precedência histórica da Parte Especial.....	1
III. Importância da Parte Especial.....	2
IV. Título do crime.....	2
V. Apresentação da Parte Especial.....	3
VI. A divisão da Parte Especial do Código Penal.....	4
1. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	7
1.1. Dos crimes contra a vida	7
1.1.1. Fundamento constitucional	7
1.1.2. Crimes contra a vida: espécies, competência e ação penal.....	8
1.1.3. Art. 121 – Homicídio.....	9
1.1.3.1. Dispositivo legal.....	9
1.1.3.2. Estrutura do tipo penal.....	10
1.1.3.3. Homicídio simples.....	11
1.1.3.4. Homicídio privilegiado	18

1.1.3.5.	Homicídio qualificado: art. 121, § 2.º.....	24
1.1.3.6.	Causas de aumento da pena no homicídio doloso: art. 121, § 4.º, 2.ª parte, e art. 121, § 6.º	58
1.1.3.7.	Homicídio culposo: art. 121, § 3.º.....	60
1.1.4.	Art. 122 – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	68
1.1.4.1.	Dispositivo legal.....	68
1.1.4.2.	Conceito de suicídio	69
1.1.4.3.	<i>Nomen iuris</i>	69
1.1.4.4.	Objetividade jurídica.....	69
1.1.4.5.	Objeto material	69
1.1.4.6.	Núcleo do tipo	70
1.1.4.7.	Sujeito ativo	71
1.1.4.8.	Sujeito passivo	71
1.1.4.9.	Elemento subjetivo	71
1.1.4.10.	Consumação.....	72
1.1.4.11.	Tentativa	72
1.1.4.12.	Pacto de morte.....	72
1.1.4.13.	Roleta-russa e duelo americano.....	73
1.1.4.14.	Classificação doutrinária	73
1.1.4.15.	Aumento de pena.....	74
1.1.5.	Art. 123 – Infanticídio	75
1.1.5.1.	Dispositivo legal.....	75
1.1.5.2.	Conceito.....	75
1.1.5.3.	Objetividade jurídica.....	76
1.1.5.4.	Objeto material	76
1.1.5.5.	Sujeito ativo	77
1.1.5.6.	Sujeito passivo	78
1.1.5.7.	Elemento subjetivo	78
1.1.5.8.	Influência do estado puerperal: conceito e prova	78
1.1.5.9.	Elemento temporal: “logo após o parto”	79
1.1.5.10.	Consumação.....	80
1.1.5.11.	Tentativa	80
1.1.5.12.	Classificação doutrinária	80

1.1.6.	Arts. 124 a 128 – Aborto	80
1.1.6.1.	Noções introdutórias.....	80
1.1.6.2.	Aborto criminoso	82
1.1.6.3.	Crimes em espécie	86
1.1.6.4.	Aborto legal ou permitido: art. 128	93
1.1.6.5.	Aborto eugênico ou eugenésico.....	97
1.1.6.6.	O tratamento jurídico-penal da anencefalia e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	98
1.1.6.7.	A questão da microcefalia	101
1.1.6.8.	Aborto econômico, miserável ou social....	104
1.2.	Das lesões corporais	104
1.2.1.	Dispositivo legal.....	104
1.2.2.	Estrutura do crime.....	106
1.2.3.	Noções gerais	107
1.2.3.1.	Conceito de lesão corporal.....	107
1.2.3.2.	Objetividade jurídica.....	107
1.2.3.3.	Objeto material	108
1.2.3.4.	Núcleo do tipo	108
1.2.3.5.	Sujeito ativo	108
1.2.3.6.	Sujeito passivo	108
1.2.3.7.	Elemento subjetivo	108
1.2.3.8.	Consumação.....	108
1.2.3.9.	Tentativa	109
1.2.3.10.	Classificação doutrinária	109
1.2.3.11.	Outras observações.....	109
1.2.4.	Art. 129 – Lesão corporal dolosa	112
1.2.4.1.	Lesão corporal leve	112
1.2.4.2.	Lesão corporal de natureza grave em sentido amplo.....	113
1.2.4.3.	Lesão corporal seguida de morte: § 3.º	125
1.2.4.4.	Lesão corporal dolosa privilegiada: causa de diminuição de pena (art. 129, § 4.º)....	127

1.2.4.5.	Lesões corporais leves e substituição da pena: § 5.º	127
1.2.4.6.	Aumento de pena na lesão corporal dolosa: § 7.º	128
1.2.4.7.	Lesão corporal culposa: § 6.º	128
1.2.4.8.	Lesão corporal e violência doméstica: § 9.º	130
1.3.	Da periclitación da vida e da saúde	138
1.3.1.	Art. 130 – Perigo de contágio venéreo	139
1.3.1.1.	Dispositivo legal	139
1.3.1.2.	Espécies criminosas	139
1.3.1.3.	Objetividade jurídica	140
1.3.1.4.	Objeto material	140
1.3.1.5.	Núcleo do tipo	140
1.3.1.6.	Sujeito ativo	141
1.3.1.7.	Sujeito passivo	141
1.3.1.8.	Elemento subjetivo	141
1.3.1.9.	Consumação	142
1.3.1.10.	Tentativa	144
1.3.1.11.	Concurso de crimes	144
1.3.1.12.	Ação penal	144
1.3.1.13.	Classificação doutrinária	144
1.3.2.	Art. 131 – Perigo de contágio de moléstia grave	145
1.3.2.1.	Dispositivo legal	145
1.3.2.2.	Objetividade jurídica	145
1.3.2.3.	Objeto material	145
1.3.2.4.	Núcleo do tipo	145
1.3.2.5.	Sujeito ativo	146
1.3.2.6.	Sujeito passivo	146
1.3.2.7.	Elemento subjetivo	146
1.3.2.8.	Consumação	146
1.3.2.9.	Tentativa	147
1.3.2.10.	Concurso de crimes	147
1.3.2.11.	Ação penal	147
1.3.2.12.	Suspensão condicional do processo	147
1.3.2.13.	Classificação doutrinária	148

1.3.3.	Art. 132 – Perigo para a vida ou saúde de outrem	148
1.3.3.1.	Dispositivo legal.....	148
1.3.3.2.	Objetividade jurídica.....	148
1.3.3.3.	Objeto material	148
1.3.3.4.	Núcleo do tipo	149
1.3.3.5.	Sujeito ativo	149
1.3.3.6.	Sujeito passivo	149
1.3.3.7.	Elemento subjetivo	149
1.3.3.8.	Consumação.....	150
1.3.3.9.	Tentativa	150
1.3.3.10.	Subsidiariedade expressa	150
1.3.3.11.	Lei 9.099/1995	150
1.3.3.12.	Causa de aumento de pena	151
1.3.3.13.	Ação penal	151
1.3.3.14.	Estatuto do Idoso.....	151
1.3.3.15.	Classificação doutrinária	152
1.3.4.	Art. 133 – Abandono de incapaz.....	152
1.3.4.1.	Dispositivo legal.....	152
1.3.4.2.	Espécies criminosas.....	153
1.3.4.3.	Objetividade jurídica.....	153
1.3.4.4.	Objeto material	153
1.3.4.5.	Núcleo do tipo	153
1.3.4.6.	Sujeito ativo	154
1.3.4.7.	Sujeito passivo	155
1.3.4.8.	Elemento subjetivo	155
1.3.4.9.	Consumação.....	155
1.3.4.10.	Tentativa	155
1.3.4.11.	Classificação doutrinária	155
1.3.4.12.	Ação penal	156
1.3.4.13.	Distinção.....	156
1.3.4.14.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º	156
1.3.4.15.	Causas de aumento de pena.....	156
1.3.4.16.	Abandono de incapaz e Estatuto da Pessoa com Deficiência	157

1.3.5.	Art. 134 – Exposição ou abandono de recém-nascido.....	158
1.3.5.1.	Dispositivo legal.....	158
1.3.5.2.	Introdução.....	158
1.3.5.3.	Espécies criminosas.....	158
1.3.5.4.	Objetividade jurídica.....	159
1.3.5.5.	Objeto material.....	159
1.3.5.6.	Núcleos do tipo.....	159
1.3.5.7.	Elemento normativo.....	159
1.3.5.8.	Sujeito ativo.....	160
1.3.5.9.	Sujeito passivo.....	160
1.3.5.10.	Elemento subjetivo.....	160
1.3.5.11.	Consumação.....	161
1.3.5.12.	Tentativa.....	161
1.3.5.13.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	161
1.3.5.14.	Ação penal.....	161
1.3.5.15.	Classificação doutrinária.....	161
1.3.6.	Art. 135 – Omissão de socorro.....	162
1.3.6.1.	Dispositivo legal.....	162
1.3.6.2.	Objetividade jurídica.....	162
1.3.6.3.	Objeto material.....	162
1.3.6.4.	Núcleos do tipo.....	163
1.3.6.5.	Elemento normativo do tipo.....	163
1.3.6.6.	Sujeito ativo.....	164
1.3.6.7.	Sujeito passivo.....	165
1.3.6.8.	Elemento subjetivo.....	167
1.3.6.9.	Consumação.....	167
1.3.6.10.	Tentativa.....	168
1.3.6.11.	Causa de aumento de pena.....	168
1.3.6.12.	Classificação doutrinária.....	168
1.3.6.13.	Omissão de socorro e Código de Trânsito Brasileiro.....	168
1.3.7.	Art. 135-A – Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial.....	170
1.3.7.1.	Dispositivo legal.....	170
1.3.7.2.	Introdução.....	170

1.3.7.3.	Objetividade jurídica.....	172
1.3.7.4.	Objeto material.....	172
1.3.7.5.	Núcleo do tipo.....	172
1.3.7.6.	Sujeito ativo.....	174
1.3.7.7.	Sujeito passivo.....	175
1.3.7.8.	Elemento subjetivo.....	175
1.3.7.9.	Consumação.....	176
1.3.7.10.	Tentativa.....	176
1.3.7.11.	Ação penal.....	176
1.3.7.12.	Lei 9.099/1995.....	176
1.3.7.13.	Classificação doutrinária.....	177
1.3.7.14.	Causas de aumento da pena: art. 135-A, parágrafo único.....	177
1.3.7.15.	Estatuto do Idoso.....	178
1.3.8.	Art. 136 – Maus-tratos.....	178
1.3.8.1.	Dispositivo legal.....	178
1.3.8.2.	Objetividade jurídica.....	179
1.3.8.3.	Objeto material.....	179
1.3.8.4.	Núcleo do tipo.....	179
1.3.8.5.	Sujeito ativo.....	181
1.3.8.6.	Sujeito passivo.....	182
1.3.8.7.	Elemento subjetivo.....	183
1.3.8.8.	Consumação.....	183
1.3.8.9.	Tentativa.....	183
1.3.8.10.	Figuras qualificadas: §§ 1.º e 2.º.....	183
1.3.8.11.	Causa de aumento de pena.....	184
1.3.8.12.	Ação penal.....	184
1.3.8.13.	Classificação doutrinária.....	184
1.3.8.14.	Maus-tratos e agravantes genéricas.....	184
1.3.8.15.	Art. 232 do Estatuto da Criança e do Adolescente e maus-tratos: distinção.....	184
1.3.8.16.	Tortura e maus-tratos: distinção.....	185
1.4.	Da rixa.....	186
1.4.1.	Dispositivo legal.....	186
1.4.2.	Conceito.....	186

1.4.3.	Objetividade jurídica	187
1.4.4.	Objeto material	187
1.4.5.	Núcleo do tipo	187
1.4.6.	Sujeitos do crime: ativo e passivo.....	188
1.4.7.	Elemento subjetivo	188
1.4.8.	Consumação	189
1.4.9.	Tentativa	189
1.4.10.	Rixa qualificada: art. 137, parágrafo único.....	189
1.4.11.	Rixa e legítima defesa.....	192
1.4.12.	Ação penal.....	192
1.4.13.	Lei 9.099/1995.....	192
1.4.14.	Classificação doutrinária.....	192
1.5.	Dos crimes contra a honra	193
1.5.1.	Introdução.....	193
1.5.2.	Conceito de honra	193
1.5.3.	Espécies de honra.....	194
1.5.4.	Art. 138 – Calúnia.....	195
1.5.4.1.	Dispositivo legal.....	195
1.5.4.2.	Conceito.....	196
1.5.4.3.	Objetividade jurídica.....	196
1.5.4.4.	Objeto material	196
1.5.4.5.	Núcleo do tipo	196
1.5.4.6.	Elemento normativo do tipo: “falsa- mente”	197
1.5.4.7.	Formas de calúnia	198
1.5.4.8.	Consumação.....	198
1.5.4.9.	Tentativa	198
1.5.4.10.	Calúnia e denunciação caluniosa: distin- ções.....	199
1.5.4.11.	Subtipo da calúnia: art. 138, § 1.º.....	199
1.5.4.12.	Calúnia contra os mortos	200
1.5.4.13.	Exceção da verdade: art. 138, § 3.º.....	200
1.5.5.	Art. 139 – Difamação.....	205
1.5.5.1.	Dispositivo legal.....	205
1.5.5.2.	Conceito.....	205

1.5.5.3.	Objetividade jurídica.....	206
1.5.5.4.	Objeto material	206
1.5.5.5.	Núcleo do tipo	206
1.5.5.6.	Consumação.....	207
1.5.5.7.	Tentativa	207
1.5.5.8.	Exceção da verdade.....	207
1.5.5.9.	Exceção de notoriedade.....	208
1.5.6.	Art. 140 – Injúria.....	209
1.5.6.1.	Dispositivo legal.....	209
1.5.6.2.	Estrutura do tipo penal.....	210
1.5.6.3.	Conceito.....	210
1.5.6.4.	Objetividade jurídica.....	211
1.5.6.5.	Objeto material	211
1.5.6.6.	Núcleo do tipo	211
1.5.6.7.	Consumação.....	212
1.5.6.8.	Tentativa	212
1.5.6.9.	Exceção da verdade.....	212
1.5.6.10.	Perdão judicial: art. 140, § 1.º	213
1.5.6.11.	Injúria real: art. 140, § 2.º	215
1.5.6.12.	Injúria qualificada: art. 140, § 3.º	216
1.5.6.13.	Injúria contra funcionário público e desacato: distinção	218
1.5.6.14.	Injúria cometida pela internet e competência.....	218
1.5.6.15.	Injúria eleitoral.....	219
1.5.7.	Arts. 141 a 145 – Apontamentos comuns aos crimes contra a honra	220
1.5.7.1.	Introdução.....	220
1.5.7.2.	Disposições comuns: art. 141.....	230
1.5.7.3.	Exclusão do crime: art. 142.....	233
1.5.7.4.	Retratação.....	237
1.5.7.5.	Pedido de explicações: art. 144.....	239
1.5.7.6.	Ação penal nos crimes contra a honra.....	242
	Dos crimes contra a liberdade individual.....	245
1.6.1.	Dos crimes contra a liberdade pessoal.....	245
1.6.1.1.	Art. 146 – Constrangimento ilegal	246

1.6.1.2.	Art. 147 – Ameaça.....	254
1.6.1.3.	Art. 148 – Sequestro e cárcere privado	260
1.6.1.4.	Art. 149 – Redução a condição análoga à de escravo.....	269
1.6.1.5.	Art. 149-A – Tráfico de pessoas	280
1.6.2.	Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio.....	297
1.6.2.1.	Art. 150 – Violação de domicílio.....	297
1.6.3.	Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência.....	316
1.6.3.1.	Art. 151 – Violação de correspondência	316
1.6.3.2.	Art. 152 – Correspondência comercial.....	329
1.6.4.	Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos.....	332
1.6.4.1.	Art. 153 – Divulgação de segredo	333
1.6.4.2.	Art. 154 – Violação do segredo profissional....	341
1.6.4.3.	Art. 154-A – Invasão de dispositivo informático	346
1.7.	Questões	356
2.	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	367
2.1.	Fundamento constitucional e terminologia legal.....	367
2.2.	Conceito de patrimônio.....	367
2.3.	Crítério legislativo para eleição dos crimes contra o patrimônio....	368
2.4.	Do furto	369
2.4.1.	Art. 155 – Furto	369
2.4.1.1.	Dispositivo legal.....	369
2.4.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	370
2.4.1.3.	Objetividade jurídica.....	371
2.4.1.4.	Objeto material	371
2.4.1.5.	Núcleo do tipo	378
2.4.1.6.	Sujeito ativo	379
2.4.1.7.	Sujeito passivo	380
2.4.1.8.	Elemento subjetivo	380
2.4.1.9.	Consumação.....	383
2.4.1.10.	Tentativa	384
2.4.1.11.	Ação penal	387

2.4.1.12.	Lei 9.099/1995	387
2.4.1.13.	Classificação doutrinária	387
2.4.1.14.	Furto e conflito aparente de normas penais	387
2.4.1.15.	Furto praticado durante o repouso noturno: art. 155, § 1.º.....	388
2.4.1.16.	Furto privilegiado: art. 155, § 2.º.....	391
2.4.1.17.	Furto qualificado: art. 155, §§ 4.º, 5.º e 6.º.....	396
2.4.2.	Art. 156 – Furto de coisa comum.....	420
2.4.2.1.	Dispositivo legal.....	420
2.4.2.2.	Conceito.....	421
2.4.2.3.	Objetividade jurídica.....	421
2.4.2.4.	Objeto material	422
2.4.2.5.	Núcleo do tipo	422
2.4.2.6.	Sujeito ativo	422
2.4.2.7.	Sujeito passivo.....	423
2.4.2.8.	Elemento subjetivo	423
2.4.2.9.	Consumação.....	423
2.4.2.10.	Tentativa	423
2.4.2.11.	Ação penal	423
2.4.2.12.	Lei 9.099/1995	424
2.4.2.13.	Causa especial de exclusão da ilicitude: art. 156, § 2.º.....	424
2.4.2.14.	Classificação doutrinária	425
2.5.	Do roubo e da extorsão.....	425
2.5.1.	Art. 157 – Roubo	425
2.5.1.1.	Dispositivo legal.....	425
2.5.1.2.	Estrutura do tipo penal.....	426
2.5.1.3.	Roubo próprio: art. 157, <i>caput</i> , do Código Penal.....	426
2.5.1.4.	Roubo impróprio: art. 157, § 1.º, do Código Penal.....	442
2.5.1.5.	Roubo circunstanciado ou agravado: art. 157, § 2.º, do Código Penal	446
2.5.1.6.	Roubo qualificado: art. 157, § 3.º, do Código Penal	467

2.5.2.	Art. 158 – Extorsão	482
2.5.2.1.	Dispositivo legal.....	482
2.5.2.2.	Introdução.....	482
2.5.2.3.	Objetividade jurídica.....	483
2.5.2.4.	Objeto material	484
2.5.2.5.	Núcleo do tipo	484
2.5.2.6.	Sujeito ativo	488
2.5.2.7.	Sujeito passivo	490
2.5.2.8.	Elemento subjetivo	490
2.5.2.9.	Consumação.....	490
2.5.2.10.	Tentativa	491
2.5.2.11.	Ação penal	492
2.5.2.12.	Classificação doutrinária	492
2.5.2.13.	Causas de aumento de pena: art. 158, § 1.º	493
2.5.2.14.	Extorsão qualificada: art. 158, § 2.º.....	493
2.5.2.15.	Extorsão mediante restrição da liberdade da vítima ou sequestro-relâmpago: art. 158, § 3.º, do Código Penal	494
2.5.3.	Art. 159 – Extorsão mediante sequestro	500
2.5.3.1.	Dispositivo legal.....	500
2.5.3.2.	Extorsão mediante sequestro e Lei dos Crimes Hediondos.....	501
2.5.3.3.	Objetividade jurídica.....	501
2.5.3.4.	Objeto material	502
2.5.3.5.	Núcleo do tipo	502
2.5.3.6.	Sujeito ativo	503
2.5.3.7.	Sujeito passivo	503
2.5.3.8.	Elemento subjetivo	504
2.5.3.9.	Consumação.....	506
2.5.3.10.	Tentativa	507
2.5.3.11.	Ação penal	507
2.5.3.12.	Classificação doutrinária	507
2.5.3.13.	Figuras qualificadas.....	508
2.5.3.14.	Delação premiada: § 4.º	514
2.5.3.15.	Extorsão mediante sequestro e tráfico de pessoas: meios especiais de prevenção e repressão	519

2.5.4.	Art. 160 – Extorsão indireta.....	520
2.5.4.1.	Dispositivo legal.....	520
2.5.4.2.	Introdução.....	521
2.5.4.3.	Objetividade jurídica.....	521
2.5.4.4.	Objeto material.....	521
2.5.4.5.	Núcleos do tipo.....	522
2.5.4.6.	Sujeito ativo.....	523
2.5.4.7.	Sujeito passivo.....	523
2.5.4.8.	Elemento subjetivo.....	523
2.5.4.9.	Consumação.....	524
2.5.4.10.	Tentativa.....	524
2.5.4.11.	Ação penal.....	524
2.5.4.12.	Lei 9.099/1995.....	524
2.5.4.13.	Classificação doutrinária.....	525
2.5.4.14.	Concurso de crimes: extorsão indireta e denúncia caluniosa.....	525
2.6.	Da usurpação.....	525
2.6.1.	Art. 161 – Alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório.....	526
2.6.1.1.	Dispositivo legal.....	526
2.6.1.2.	Pluralidade de crimes.....	527
2.6.1.3.	Alteração de limites: art. 161, <i>caput</i>	528
2.6.1.4.	Usurpação de águas: art. 161, § 1.º, inciso I....	530
2.6.1.5.	Esbulho possessório: art. 161, § 1.º, inciso II....	532
2.6.2.	Art. 162 – Supressão ou alteração de marca em animais.....	539
2.6.2.1.	Dispositivo legal.....	539
2.6.2.2.	Objetividade jurídica.....	539
2.6.2.3.	Objeto material.....	539
2.6.2.4.	Núcleos do tipo.....	540
2.6.2.5.	Elemento normativo do tipo.....	540
2.6.2.6.	Sujeito ativo.....	540
2.6.2.7.	Sujeito passivo.....	540
2.6.2.8.	Elemento subjetivo.....	540
2.6.2.9.	Consumação.....	541

2.6.2.10.	Tentativa	541
2.6.2.11.	Ação penal	541
2.6.2.12.	Lei 9.099/1995	541
2.6.2.13.	Classificação doutrinária	542
2.7.	Do dano	542
2.7.1.	Art. 163 – Dano	542
2.7.1.1.	Dispositivo legal.....	542
2.7.1.2.	Objetividade jurídica.....	543
2.7.1.3.	Objeto material	543
2.7.1.4.	Núcleos do tipo.....	544
2.7.1.5.	Sujeito ativo	546
2.7.1.6.	Sujeito passivo	546
2.7.1.7.	Elemento subjetivo	546
2.7.1.8.	Consumação.....	547
2.7.1.9.	Tentativa	547
2.7.1.10.	Ação penal	548
2.7.1.11.	Lei 9.099/1995	548
2.7.1.12.	Classificação doutrinária	548
2.7.1.13.	Figuras qualificadas: art. 163, parágrafo único.....	548
2.7.2.	Art. 164 – Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	554
2.7.2.1.	Dispositivo legal.....	554
2.7.2.2.	Introdução	554
2.7.2.3.	Objetividade jurídica.....	554
2.7.2.4.	Objeto material	554
2.7.2.5.	Núcleos do tipo.....	555
2.7.2.6.	Elemento normativo do tipo.....	555
2.7.2.7.	Ocorrência de prejuízo	556
2.7.2.8.	Sujeito ativo	556
2.7.2.9.	Sujeito passivo	556
2.7.2.10.	Elemento subjetivo	557
2.7.2.11.	Consumação.....	557
2.7.2.12.	Tentativa	557
2.7.2.13.	Ação penal	557

2.7.2.14.	Lei 9.099/1995	558
2.7.2.15.	Classificação doutrinária	558
2.7.3.	Art. 165 – Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	558
2.7.3.1.	Dispositivo legal.....	558
2.7.3.2.	Revogação.....	558
2.7.4.	Art. 166 – Alteração de local especialmente protegido	559
2.7.4.1.	Dispositivo legal.....	559
2.7.4.2.	Revogação.....	559
2.8.	Da apropriação indébita.....	559
2.8.1.	Introdução.....	559
2.8.2.	O privilégio na apropriação indébita	559
2.8.2.1.	Apropriação indébita privilegiada e princípio da insignificância.....	560
2.8.2.2.	Apropriação indébita previdenciária, privilégio e perdão judicial.....	561
2.8.3.	Art. 168 – Apropriação indébita	561
2.8.3.1.	Dispositivo legal.....	561
2.8.3.2.	Conceito.....	562
2.8.3.3.	Objetividade jurídica.....	562
2.8.3.4.	Objeto material	562
2.8.3.5.	Núcleo do tipo	564
2.8.3.6.	Sujeito ativo	567
2.8.3.7.	Sujeito passivo	568
2.8.3.8.	Elemento subjetivo	568
2.8.3.9.	Consumação.....	570
2.8.3.10.	Tentativa	571
2.8.3.11.	Ação penal	571
2.8.3.12.	Lei 9.099/1995	571
2.8.3.13.	Interpelação judicial e prestação de contas na esfera civil.....	571
2.8.3.14.	Competência	572
2.8.3.15.	Classificação doutrinária	573
2.8.3.16.	Causas de aumento da pena: art. 168, § 1.º.....	573
2.8.3.17.	Hipóteses especiais de apropriação indébita.....	576

2.8.4.	Art. 168-A – Apropriação indébita previdenciária	577
2.8.4.1.	Dispositivo legal.....	577
2.8.4.2.	Localização no Código Penal e denominação legal	578
2.8.4.3.	Constitucionalidade da incriminação	580
2.8.4.4.	Objetividade jurídica.....	581
2.8.4.5.	Objeto material	582
2.8.4.6.	Núcleo do tipo	583
2.8.4.7.	Sujeito ativo	583
2.8.4.8.	Sujeito passivo	585
2.8.4.9.	Elemento subjetivo	585
2.8.4.10.	Consumação.....	585
2.8.4.11.	Tentativa	586
2.8.4.12.	Ação penal	586
2.8.4.13.	Competência	587
2.8.4.14.	Dificuldades financeiras e reflexos jurídico-penais.....	587
2.8.4.15.	Classificação doutrinária	588
2.8.4.16.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	588
2.8.4.17.	Extinção da punibilidade: § 2.º	590
2.8.4.18.	Perdão judicial e aplicação isolada da pena de multa: § 3.º.....	591
2.8.4.19.	Prévio esgotamento da via administrativa e ausência de justa causa para a ação penal.....	592
2.8.4.20.	Princípio da insignificância	593
2.8.5.	Art. 169 – Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza.....	595
2.8.5.1.	Dispositivo legal.....	595
2.8.5.2.	Introdução	596
2.8.5.3.	Objetividade jurídica.....	596
2.8.5.4.	Objeto material	596
2.8.5.5.	Núcleo do tipo	597
2.8.5.6.	Sujeito ativo	599
2.8.5.7.	Sujeito passivo	599
2.8.5.8.	Elemento subjetivo	600

2.8.5.9.	Consumação.....	600
2.8.5.10.	Tentativa	600
2.8.5.11.	Ação penal	600
2.8.5.12.	Lei 9.099/1995	601
2.8.5.13.	Classificação doutrinária	601
2.8.5.14.	Figuras equiparadas: art. 169, parágrafo único, do Código Penal.....	601
2.9.	Do estelionato e outras fraudes.....	604
2.9.1.	Art. 171 – Estelionato	604
2.9.1.1.	Dispositivo legal.....	604
2.9.1.2.	Introdução	605
2.9.1.3.	Objetividade jurídica.....	606
2.9.1.4.	Objeto material	606
2.9.1.5.	Núcleo do tipo	606
2.9.1.6.	Sujeito ativo	612
2.9.1.7.	Sujeito passivo	613
2.9.1.8.	Elemento subjetivo	614
2.9.1.9.	Consumação.....	616
2.9.1.10.	Tentativa	619
2.9.1.11.	Ação penal	621
2.9.1.12.	Lei 9.099/1995	621
2.9.1.13.	Classificação doutrinária	621
2.9.1.14.	Competência	621
2.9.1.15.	Estelionato e torpeza bilateral (fraude nos negócios ilícitos ou imorais)	623
2.9.1.16.	Estelionato e jogo de azar.....	625
2.9.1.17.	Estelionato e curandeirismo	626
2.9.1.18.	Estelionato e falsidade documental.....	627
2.9.1.19.	Estelionato e Lei de Falências	630
2.9.1.20.	Estelionato e crime contra o sistema financeiro nacional.....	630
2.9.1.21.	Estelionato e Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	632
2.9.1.22.	Estelionato privilegiado: § 1.º.....	632
2.9.1.23.	Figuras equiparadas ao estelionato: § 2.º....	633
2.9.1.24.	Causa de aumento da pena: § 3.º	654

2.9.2.	Art. 172 – Duplicata simulada	655
2.9.2.1.	Dispositivo legal.....	655
2.9.2.2.	Objetividade jurídica.....	656
2.9.2.3.	Objeto material	656
2.9.2.4.	Núcleo do tipo	656
2.9.2.5.	Sujeito ativo	657
2.9.2.6.	Sujeito passivo	657
2.9.2.7.	Elemento subjetivo	657
2.9.2.8.	Consumação.....	657
2.9.2.9.	Tentativa	658
2.9.2.10.	Ação penal	658
2.9.2.11.	Classificação doutrinária	658
2.9.2.12.	A questão da “triplicata”	659
2.9.2.13.	Figura equiparada: parágrafo único.....	659
2.9.3.	Art. 173 – Abuso de incapazes	660
2.9.3.1.	Dispositivo legal.....	660
2.9.3.2.	Objetividade jurídica.....	660
2.9.3.3.	Objeto material	660
2.9.3.4.	Núcleos do tipo.....	660
2.9.3.5.	Sujeito ativo	661
2.9.3.6.	Sujeito passivo	661
2.9.3.7.	Elemento subjetivo	661
2.9.3.8.	Consumação.....	661
2.9.3.9.	Tentativa	661
2.9.3.10.	Ação penal	661
2.9.3.11.	Classificação doutrinária	662
2.9.4.	Art. 174 – Induzimento à especulação	662
2.9.4.1.	Dispositivo legal.....	662
2.9.4.2.	Objetividade jurídica.....	662
2.9.4.3.	Objeto material	662
2.9.4.4.	Núcleos do tipo.....	662
2.9.4.5.	Sujeito ativo	663
2.9.4.6.	Sujeito passivo	663
2.9.4.7.	Elemento subjetivo	663

2.9.4.8.	Consumação.....	664
2.9.4.9.	Tentativa	664
2.9.4.10.	Ação penal	664
2.9.4.11.	Lei 9.099/1995	664
2.9.4.12.	Classificação doutrinária	665
2.9.5.	Art. 175 – Fraude no comércio	665
2.9.5.1.	Dispositivo legal.....	665
2.9.5.2.	Objetividade jurídica.....	666
2.9.5.3.	Objeto material	666
2.9.5.4.	Núcleo do tipo	666
2.9.5.5.	Sujeito ativo	667
2.9.5.6.	Sujeito passivo	667
2.9.5.7.	Elemento subjetivo	667
2.9.5.8.	Consumação.....	667
2.9.5.9.	Tentativa	668
2.9.5.10.	Ação penal	668
2.9.5.11.	Lei 9.099/1995	668
2.9.5.12.	Classificação doutrinária	668
2.9.5.13.	Forma qualificadora: § 1.º	668
2.9.5.14.	Figura privilegiada: § 2.º	669
2.9.5.15.	Competência	669
2.9.5.16.	Fraude no comércio e estelionato: distin- ção. Possibilidade de ocorrência do crime tipificado pelo art. 273, § 1.º, do Código Penal.....	670
2.9.6.	Art. 176 – Outras fraudes	670
2.9.6.1.	Dispositivo legal.....	670
2.9.6.2.	Introdução.....	671
2.9.6.3.	Objetividade jurídica.....	671
2.9.6.4.	Objeto material	671
2.9.6.5.	Núcleos do tipo.....	672
2.9.6.6.	Sujeito ativo	673
2.9.6.7.	Sujeito passivo	674
2.9.6.8.	Elemento subjetivo	674
2.9.6.9.	Consumação.....	674
2.9.6.10.	Tentativa	674

2.9.6.11.	Perdão judicial.....	674
2.9.6.12.	Ação penal	675
2.9.6.13.	Lei 9.099/1995	675
2.9.6.14.	Classificação doutrinária	675
2.9.6.15.	O tratamento jurídico-penal da pendura...	676
2.9.7.	Art. 177 – Fraude e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações.....	677
2.9.7.1.	Dispositivo legal.....	677
2.9.7.2.	Objetividade jurídica.....	678
2.9.7.3.	Objeto material	678
2.9.7.4.	Núcleo do tipo	678
2.9.7.5.	Sujeito ativo	678
2.9.7.6.	Sujeito passivo	679
2.9.7.7.	Elemento subjetivo	679
2.9.7.8.	Consumação.....	679
2.9.7.9.	Tentativa	679
2.9.7.10.	Subsidiariedade expressa	679
2.9.7.11.	Ação penal	679
2.9.7.12.	Lei 9.099/1995	680
2.9.7.13.	Classificação doutrinária	680
2.9.7.14.	Figuras equiparadas: § 1.º.....	680
2.9.7.15.	Crime de negociação ilícita de voto: § 2.º	684
2.9.7.16.	Extinção da punibilidade	685
2.9.8.	Art. 178 – Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	685
2.9.8.1.	Dispositivo legal.....	685
2.9.8.2.	Objetividade jurídica.....	685
2.9.8.3.	Objeto material	685
2.9.8.4.	Núcleo do tipo	687
2.9.8.5.	Sujeito ativo	687
2.9.8.6.	Sujeito passivo	687
2.9.8.7.	Elemento subjetivo	687
2.9.8.8.	Consumação.....	687
2.9.8.9.	Tentativa	687
2.9.8.10.	Ação penal	688

2.9.8.11.	Lei 9.099/1995	688
2.9.8.12.	Classificação doutrinária	688
2.9.9.	Art. 179 – Fraude à execução	688
2.9.9.1.	Dispositivo legal.....	688
2.9.9.2.	Objetividade jurídica.....	689
2.9.9.3.	Objeto material	689
2.9.9.4.	Núcleo do tipo	689
2.9.9.5.	Sujeito ativo	690
2.9.9.6.	Sujeito passivo	690
2.9.9.7.	Elemento subjetivo	690
2.9.9.8.	Consumação.....	690
2.9.9.9.	Tentativa	691
2.9.9.10.	Ação penal	691
2.9.9.11.	Lei 9.099/1995	691
2.9.9.12.	Classificação doutrinária	691
2.10.	Da receptação.....	691
2.10.1.	Art. 180 – Receptação.....	691
2.10.1.1.	Dispositivo legal.....	691
2.10.1.2.	Estrutura do tipo penal	693
2.10.1.3.	Pontos comuns a todas as espécies de receptação.....	694
2.10.1.4.	Plano de estudo	694
2.10.1.5.	Receptação própria: <i>caput</i> , 1. ^a parte	695
2.10.1.6.	Receptação imprópria: <i>caput</i> , parte final....	710
2.10.1.7.	Receptação qualificada pelo exercício de atividade comercial ou industrial: § 1. ^o	712
2.10.1.8.	Receptação privilegiada: § 5. ^o , parte final.....	719
2.10.1.9.	Receptação culposa: § 3. ^o	720
2.10.1.10.	Figuras especiais.....	725
2.10.2	Art. 180-A – Receptação de animal.....	726
2.10.2.1.	Dispositivo legal.....	726
2.10.2.2.	Introdução	727
2.10.2.3.	A desnecessidade da figura típica	727
2.10.2.4.	Objetividade jurídica.....	727

2.10.2.5.	Objeto material	728
2.10.2.6.	Sujeito ativo	729
2.10.2.7.	Sujeito passivo	730
2.10.2.8.	Elemento subjetivo	730
2.10.2.9.	Lei 9.099/1995	731
2.10.2.10.	Classificação doutrinária	731
2.10.2.11.	Crime contra as relações de consumo	731
2.11.	Disposições gerais.....	731
2.11.1.	Art. 181 – Imunidades absolutas	732
2.11.1.1.	Dispositivo legal.....	732
2.11.1.2.	Denominação.....	733
2.11.1.3.	Natureza jurídica e efeitos	733
2.11.1.4.	Hipóteses legais.....	734
2.11.1.5.	Observações comuns aos incisos I e II.....	737
2.11.1.6.	Erro quanto à titularidade do objeto material	738
2.11.2.	Art. 182 – Imunidades relativas.....	739
2.11.2.1.	Dispositivo legal.....	739
2.11.2.2.	Denominação.....	739
2.11.2.3.	Natureza jurídica e efeitos	740
2.11.2.4.	Hipóteses legais.....	740
2.11.2.5.	Erro quanto à titularidade do objeto material	741
2.11.3.	Art. 183 – Limite de aplicabilidade dos arts. 181 e 182.....	742
2.11.3.1.	Dispositivo legal.....	742
2.11.3.2.	Introdução.....	742
2.11.3.3.	Hipóteses legais.....	742
2.11.3.4.	Imunidades penais nos crimes contra o patrimônio e Lei Maria da Penha.....	744
2.12.	Questões.....	745
3.	DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL.....	755
3.1.	Dos crimes contra a propriedade intelectual.....	756
3.1.1.	Art. 184 – Violação de direito autoral.....	756
3.1.1.1.	Dispositivo legal.....	756

3.1.1.2.	Introdução.....	757
3.1.1.3.	Objetividade jurídica.....	758
3.1.1.4.	Objeto material.....	759
3.1.1.5.	Tipo fundamental ou modalidade simples: art. 184, <i>caput</i>	759
3.1.1.6.	Figuras qualificadas: art. 184, §§ 1.º, 2.º e 3.º.....	761
3.1.1.7.	Exceções ou limitações aos direitos autorais: art. 184, § 4.º, do Código Penal.....	767
3.1.1.8.	Crimes contra a propriedade intelectual e princípio da adequação social.....	768
3.1.2.	Art. 185 – Usurpação de nome ou pseudônimo alheio.....	769
3.1.3.	Art. 186 – Ação penal nos crimes contra a propriedade intelectual.....	769
3.1.3.1.	Dispositivo legal.....	769
3.1.3.2.	Art. 184, <i>caput</i> , do Código Penal.....	769
3.1.3.3.	Art. 184, §§ 1.º e 2.º, do Código Penal....	770
3.1.3.4.	Art. 184, § 3.º, do Código Penal.....	770
3.1.3.5.	Disposições processuais especiais relativas aos crimes contra a propriedade intelectual.....	771
3.2.	Dos crimes contra o privilégio de invenção.....	775
3.3.	Dos crimes contra as marcas de indústria e comércio.....	775
3.4.	Dos crimes de concorrência desleal.....	775
3.5.	Questões.....	776
4.	DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	777
4.1.	Introdução.....	777
4.2.	Fundamento constitucional.....	778
4.3.	Competência.....	779
4.4.	Art. 197 – Atentado contra a liberdade de trabalho.....	780
4.4.1.	Dispositivo legal.....	780
4.4.2.	Objetividade jurídica.....	780
4.4.3.	Objeto material.....	780
4.4.4.	Núcleo do tipo.....	780
4.4.4.1.	Exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria: inciso I, 1.ª parte.....	781

4.4.4.2.	Trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias: inciso I, 2. ^a parte	782
4.4.4.3.	Abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho: inciso II, 1. ^a parte	782
4.4.4.4.	Participar de parede ou paralisação de atividade econômica: inciso II, 2. ^a parte	782
4.4.5.	Sujeito ativo	783
4.4.6.	Sujeito passivo	783
4.4.7.	Elemento subjetivo	783
4.4.8.	Consumação	784
4.4.9.	Tentativa	784
4.4.10.	Ação penal	784
4.4.11.	Lei 9.099/1995	784
4.4.12.	Concurso material obrigatório	784
4.4.13.	Classificação doutrinária	784
4.5.	Art. 198 – Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta	785
4.5.1.	Dispositivo legal	785
4.5.2.	Introdução	785
4.5.3.	Objetividade jurídica	785
4.5.4.	Objeto material	786
4.5.5.	Núcleo do tipo	786
4.5.5.1.	Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho: 1. ^a parte	786
4.5.5.2.	Boicotagem violenta: 2. ^a parte	786
4.5.6.	Sujeito ativo	787
4.5.7.	Sujeito passivo	787
4.5.8.	Elemento subjetivo	787
4.5.9.	Consumação	788
4.5.10.	Tentativa	788
4.5.11.	Ação penal	788
4.5.12.	Lei 9.099/1995	788
4.5.13.	Concurso material obrigatório	788
4.5.14.	Classificação doutrinária	789
4.6.	Art. 199 – Atentado contra a liberdade de associação	789
4.6.1.	Dispositivo legal	789
4.6.2.	Objetividade jurídica	789

4.6.3.	Objeto material.....	790
4.6.4.	Núcleo do tipo.....	790
4.6.5.	Sujeito ativo.....	791
4.6.6.	Sujeito passivo.....	791
4.6.7.	Elemento subjetivo.....	791
4.6.8.	Consumação.....	791
4.6.9.	Tentativa.....	791
4.6.10.	Ação penal.....	792
4.6.11.	Lei 9.099/1995.....	792
4.6.12.	Concurso material obrigatório.....	792
4.6.13.	Classificação doutrinária.....	792
4.7.	Art. 200 – Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem.....	792
4.7.1.	Dispositivo legal.....	792
4.7.2.	Objetividade jurídica.....	793
4.7.3.	Objeto material.....	793
4.7.4.	Núcleo do tipo.....	793
4.7.5.	Sujeito ativo.....	794
4.7.6.	Sujeito passivo.....	794
4.7.7.	Elemento subjetivo.....	794
4.7.8.	Consumação.....	795
4.7.9.	Tentativa.....	795
4.7.10.	Ação penal.....	795
4.7.11.	Lei 9.099/1995.....	795
4.7.12.	Concurso material obrigatório.....	795
4.7.13.	Competência.....	795
4.7.14.	Classificação doutrinária.....	795
4.8.	Art. 201 – Paralisação de trabalho de interesse coletivo.....	796
4.8.1.	Dispositivo legal.....	796
4.8.2.	Introdução.....	796
4.8.3.	Objetividade jurídica.....	797
4.8.4.	Objeto material.....	797
4.8.5.	Núcleo do tipo.....	797
4.8.6.	Sujeito ativo.....	798
4.8.7.	Sujeito passivo.....	798

4.8.8.	Elemento subjetivo	798
4.8.9.	Consumação	798
4.8.10.	Tentativa	798
4.8.11.	Ação penal	798
4.8.12.	Lei 9.099/1995	798
4.8.13.	Competência	799
4.8.14.	Classificação doutrinária	799
4.9.	Art. 202 – Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem	799
4.9.1.	Dispositivo legal	799
4.9.2.	Introdução	800
4.9.2.1.	Invasão de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola: art. 202, 1.ª parte	800
4.9.2.2.	Sabotagem: art. 202, parte final	801
4.9.3.	Disposições comuns aos crimes previstos no art. 202 do Código Penal	802
4.9.3.1.	Sujeito ativo	802
4.9.3.2.	Sujeito passivo	802
4.9.3.3.	Elemento subjetivo	802
4.9.3.4.	Tentativa	802
4.9.3.5.	Ação penal	802
4.9.3.6.	Lei 9.099/1995	802
4.9.4.	Classificação doutrinária	803
4.10.	Art. 203 – Frustração de direito assegurado por lei trabalhista	803
4.10.1.	Dispositivo legal	803
4.10.2.	Introdução	804
4.10.3.	Objetividade jurídica	804
4.10.4.	Objeto material	804
4.10.5.	Núcleo do tipo	804
4.10.6.	Sujeito ativo	804
4.10.7.	Sujeito passivo	804
4.10.8.	Elemento subjetivo	804
4.10.9.	Consumação	805
4.10.10.	Tentativa	805
4.10.11.	Ação penal	805

4.10.12. Lei 9.099/1995.....	805
4.10.13. Concurso material obrigatório.....	805
4.10.14. Classificação doutrinária.....	805
4.10.15. Competência.....	806
4.10.16. Figuras equiparadas: § 1.º.....	806
4.10.16.1. Obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida (inciso I).....	806
4.10.16.2. Impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais (inciso II).....	807
4.10.17. Causas de aumento da pena: § 2.º.....	807
4.10.18. Competência.....	809
4.11. Art. 204 – Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	809
4.11.1. Dispositivo legal.....	809
4.11.2. Introdução.....	810
4.11.3. Objetividade jurídica.....	810
4.11.4. Objeto material.....	810
4.11.5. Núcleo do tipo.....	810
4.11.6. Sujeito ativo.....	811
4.11.7. Sujeito passivo.....	811
4.11.8. Elemento subjetivo.....	811
4.11.9. Consumação.....	811
4.11.10. Tentativa.....	811
4.11.11. Ação penal.....	811
4.11.12. Lei 9.099/1995.....	811
4.11.13. Concurso material obrigatório.....	811
4.11.14. Competência.....	812
4.11.15. Classificação doutrinária.....	812
4.12. Art. 205 – Exercício de atividade com infração de decisão administrativa.....	812
4.12.1. Dispositivo legal.....	812
4.12.2. Objetividade jurídica.....	812

4.12.3.	Objeto material.....	812
4.12.4.	Núcleo do tipo.....	813
4.12.5.	Sujeito ativo.....	813
4.12.6.	Sujeito passivo.....	813
4.12.7.	Elemento subjetivo.....	813
4.12.8.	Consumação.....	814
4.12.9.	Tentativa.....	814
4.12.10.	Ação penal.....	814
4.12.11.	Lei 9.099/1995.....	814
4.12.12.	Competência.....	814
4.12.13.	Classificação doutrinária.....	814
4.13.	Art. 206 – Aliciamento para o fim de emigração.....	815
4.13.1.	Dispositivo legal.....	815
4.13.2.	Objetividade jurídica.....	815
4.13.3.	Objeto material.....	815
4.13.4.	Núcleo do tipo.....	815
4.13.5.	Sujeito ativo.....	816
4.13.6.	Sujeito passivo.....	816
4.13.7.	Elemento subjetivo.....	816
4.13.8.	Consumação.....	816
4.13.9.	Tentativa.....	816
4.13.10.	Ação penal.....	817
4.13.11.	Lei 9.099/1995.....	817
4.13.12.	Competência.....	817
4.13.13.	Classificação doutrinária.....	817
4.14.	Art. 207 – Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.....	817
4.14.1.	Dispositivo legal.....	817
4.14.2.	Introdução.....	818
4.14.3.	Objetividade jurídica.....	818
4.14.4.	Objeto material.....	819
4.14.5.	Núcleo do tipo.....	819
4.14.6.	Sujeito ativo.....	819
4.14.7.	Sujeito passivo.....	819
4.14.8.	Elemento subjetivo.....	819
4.14.9.	Consumação.....	819

4.14.10.	Tentativa.....	819
4.14.11.	Ação penal.....	819
4.14.12.	Lei 9.099/1995.....	820
4.14.13.	Competência.....	820
4.14.14.	Classificação doutrinária.....	820
4.14.15.	Figura equiparada: art. 207, § 1.º.....	820
4.14.16.	Causa de aumento de pena: § 2.º.....	821
4.15.	Questões.....	821
5.	DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	829
5.1.	Dos crimes contra o sentimento religioso.....	829
5.1.1.	Art. 208 – Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo.....	830
5.1.1.1.	Dispositivo legal.....	830
5.1.1.2.	Objetividade jurídica.....	830
5.1.1.3.	Objeto material.....	830
5.1.1.4.	Núcleos do tipo.....	831
5.1.1.5.	Sujeito ativo.....	833
5.1.1.6.	Sujeito passivo.....	834
5.1.1.7.	Elemento subjetivo.....	834
5.1.1.8.	Consumação e tentativa.....	834
5.1.1.9.	Causa de aumento da pena: parágrafo único.....	834
5.1.1.10.	Ação penal.....	835
5.1.1.11.	Lei 9.099/1995.....	835
5.1.1.12.	Classificação doutrinária.....	835
5.2.	Dos crimes contra o respeito aos mortos.....	835
5.2.1.	Art. 209 – Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.....	836
5.2.1.1.	Dispositivo legal.....	836
5.2.1.2.	Objetividade jurídica.....	837
5.2.1.3.	Objeto material.....	837
5.2.1.4.	Núcleos do tipo.....	837
5.2.1.5.	Sujeito ativo.....	837

5.2.1.6.	Sujeito passivo	838
5.2.1.7.	Elemento subjetivo	838
5.2.1.8.	Consumação.....	838
5.2.1.9.	Tentativa	838
5.2.1.10.	Causa de aumento da pena: parágrafo único.....	838
5.2.1.11.	Ação penal	839
5.2.1.12.	Lei 9.099/1995	839
5.2.1.13.	Classificação doutrinária	839
5.2.2.	Art. 210 – Violação de sepultura.....	839
5.2.2.1.	Dispositivo legal.....	839
5.2.2.2.	Objetividade jurídica.....	839
5.2.2.3.	Objeto material	840
5.2.2.4.	Núcleos do tipo.....	840
5.2.2.5.	Sujeito ativo	841
5.2.2.6.	Sujeito passivo	841
5.2.2.7.	Elemento subjetivo	841
5.2.2.8.	Consumação.....	841
5.2.2.9.	Tentativa	842
5.2.2.10.	Ação penal	842
5.2.2.11.	Lei 9.099/1995	842
5.2.2.12.	Exclusão da ilicitude	842
5.2.2.13.	Classificação doutrinária	842
5.2.3.	Art. 211 – Destruição, subtração ou ocultação de cadáver.....	842
5.2.3.1.	Dispositivo legal.....	842
5.2.3.2.	Objetividade jurídica.....	843
5.2.3.3.	Objeto material	843
5.2.3.4.	Núcleos do tipo.....	844
5.2.3.5.	Sujeito ativo	844
5.2.3.6.	Sujeito passivo	845
5.2.3.7.	Elemento subjetivo	845
5.2.3.8.	Consumação.....	845
5.2.3.9.	Tentativa	846
5.2.3.10.	Ação penal	846

5.2.3.11.	Lei 9.099/1995	846
5.2.3.12.	Distinções	846
5.2.3.13.	Art. 211 do Código Penal e autodefesa.....	847
5.2.3.14.	Classificação doutrinária	848
5.2.4.	Art. 212 – Vilipêndio a cadáver.....	848
5.2.4.1.	Dispositivo legal.....	848
5.2.4.2.	Objetividade jurídica.....	848
5.2.4.3.	Objeto material	849
5.2.4.4.	Núcleo do tipo	849
5.2.4.5.	Sujeito ativo	849
5.2.4.6.	Sujeito passivo	849
5.2.4.7.	Elemento subjetivo	850
5.2.4.8.	Consumação.....	850
5.2.4.9.	Tentativa	850
5.2.4.10.	Ação penal	850
5.2.4.11.	Lei 9.099/1995.....	850
5.2.4.12.	A questão do consentimento	850
5.2.4.13.	Classificação doutrinária.....	850
5.3.	Questões	851
BIBLIOGRAFIA.....		855
GABARITOS.....		861